

A crise silenciosa da Amazônia

DEMANDAS

A indústria madeireira na Amazônia brasileira é um motor importante de degradação florestal e do desmatamento. Graças à falta de governança e a uma fiscalização inadequada, a exploração de madeira abre áreas de floresta intacta à colonização, danifica os ricos ecossistemas da região e contribui para as emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, a generalizada extração ilegal de madeira é caracterizada pelo uso de trabalho escravo e por atos de violência contra seus opositores, desencadeando uma série de conflitos sociais. Esses múltiplos impactos deixam claro que é necessária uma nova abordagem para a floresta amazônica brasileira – um novo modelo que enfrente e combata os excessos da indústria madeireira, proteja a biodiversidade e o clima global, forneça oportunidades e garantias para as comunidades que dependem da floresta, e assegure aos compradores de madeira que eles não estão contribuindo para a destruição da floresta.

© Matizilda Cruppe/Greenpeace



© Greenpeace/Daniel Beltra

© Matizilda Cruppe/Greenpeace



© Matizilda Cruppe/Greenpeace

© Greenpeace/Vadim Kantor



iStock

Empresas que comercializam madeira da Amazônia brasileira devem:

- Parar de comprar madeira proveniente da Amazônia brasileira, a menos que seus fornecedores possam dar garantias confiáveis de que seu produto é legal – o que exige um padrão de prova além da documentação oficial que existe atualmente –, e não tem contribuído para o desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade, ou impactos sociais negativos.
- Classificar imediatamente a madeira proveniente da Amazônia brasileira como de alto risco, dados os problemas crônicos com a gestão, monitoramento e fiscalização da mesma, e levar isso em conta quando os regulamentos ou a legislação a que a madeira está sujeita sejam observados.
- Implementar políticas fortes para compra de madeira, que assegurem que a madeira é proveniente de fontes legais e não contribuiu para o desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade ou impactos sociais negativos.
- Apoiar uma reforma no sistema brasileiro de gestão, monitoramento e fiscalização da indústria madeireira, para garantir que a madeira da Amazônia brasileira é produzida legalmente e não contribuiu para o desmatamento, degradação florestal, perda de biodiversidade ou impactos sociais negativos.



© Greenpeace / John Novis



© Greenpeace / Markus Mauthe



© Greenpeace / Markus Mauthe

O governo brasileiro deve:

- Realizar uma revisão imediata de todos os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) aprovados na Amazônia desde 2006.
- Elaborar e implementar regras novas e mais rigorosas para garantir uma avaliação e aprovação eficaz dos planos de manejo florestal.
- Criar e implementar um sistema de gestão, monitoramento e execução mais robusto para a extração de madeira da Amazônia, que seja transparente e padronizado nacionalmente.
- Rever todas as licenças de operação de serrarias e criar um novo sistema de regulamentação para o seu funcionamento.
- Aumentar a capacidade de ação dos órgãos ambientais estaduais e federais, através de melhorias em infra-estrutura e no aumento do financiamento para vigilância, monitoramento e fiscalização, além de aplicar as devidas penalidades para os condenados por crimes florestais.
- Tornar uma prioridade o desenvolvimento e a implementação de um plano ambicioso para o funcionamento eficaz do manejo florestal comunitário.

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia do Brasil (CONFEA) deve:

- Suspender as licenças profissionais dos engenheiros florestais acusados pelas autoridades de estarem envolvidos em ilegalidades, e cancelar as licenças dos condenados.

Fotos da biodiversidade da floresta amazônica. Na imagem superior, um macaco da espécie saimiri se segura em um galho. Fotos tiradas no Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus. 03/01/2003